

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.471.203 - RS (2019/0078591-1)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : GENESIO FELIPE DE NATIVIDADE - RS089233A
AGRAVADO : ROGÉRIO DASSOW ROZIN
ADVOGADOS : MICHELI DE MELO RADIN - RS073899
DANIEL DE MELO RADIM - RS088504

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s):

i) incidência da Súmula 83/STJ em razão de consonância com o Recurso Representativo de Controvérsia REsp nº 1.145.146/RS (Tema 315);

ii) ausência de prequestionamento da matéria tratada no recurso especial.

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do(s) seguinte(s) óbice(s): incidência da Súmula 83/STJ em razão de consonância com o Recurso Representativo de Controvérsia REsp nº 1.145.146/RS (Tema 315).

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou

improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

